Revista COOPEX (ISSN:2177-5052)

Inclusão em movimento: desvendando o fluxo assistencial para portadores de deficiência física

Inclusion in motion: unraveling the flow of care for people with physical disabilities

***Naryanne Nathally da Silva Lacerda*[1]**
***Gildilene Abrantes Sarmento Lira*[2]**

RESUMO: A pesquisa discute a questão da inclusão social de pessoas com deficiência física, concentrando-se no fluxo de assistência. O objetivo precípuo foi examinar os obstáculos encontrados na execução de políticas públicas que garantam igualdade e acesso aos serviços de saúde para essa população. Empregou-se uma abordagem qualitativa-descritiva, fundamentada em revisão de literatura e análise documental, acrescida de coleta de informações sobre o território e os serviços oferecidos. Nesta senda, sugerem que a estrutura territorial tem um impacto significativo no acesso aos serviços, ressaltando obstáculos ligados à logística e à ausência de integração entre as políticas locais. Soluções como a utilização de tecnologias assistivas e a comunicação inclusiva surgem como táticas eficazes para ultrapassar esses obstáculos. A conclusão é que a formação contínua dos profissionais de saúde, juntamente com o planejamento estratégico e a administração territorializada, é crucial para a eficácia das políticas de inclusão. Tais ações auxiliam na promoção da igualdade e na construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão social; Comunicação; Planejamento.

ABSTRACT: The research discusses the issue of the social inclusion of individuals with physical disabilities, focusing on the flow of care. The main objective was to examine the obstacles encountered in implementing public policies that guarantee equality and access to health services for this population. A qualitative-descriptive approach was used, based on a literature review and documentary analysis, plus the collection of information on the territory and the services offered. The findings suggest that the territorial structure has a significant impact on access to services, highlighting obstacles linked to logistics and the lack of integration between local policies. Solutions such as the use of assistive technologies and inclusive communication appear to be effective tactics for overcoming these obstacles. The conclusion is that the continuous training of health professionals, together with strategic planning and territorialized administration, is crucial to the effectiveness of inclusion policies. Such actions help to promote equality and build a more equitable and inclusive society.

Keywords: Social inclusion; Communication; Planning.

[1]Enfermeira, Coordenadora de Enfermagem da SAMU SOUSA, Mestranda em Gestão e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba, Brasil. E-mail: naryanne.silva@hotmail.com;
[2]Enfermeira especialista em saúde pública, saúde da família, urgência, emergência e UTI, Sousa, Paraíba, Brasil. E-mail: gildileneabrantes@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A inclusão social das pessoas com deficiência física é uma pauta central na agenda da administração pública contemporânea, sendo um indicador não apenas de equidade, mas também de efetividade das políticas governamentais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidencia que a população com deficiência no Brasil corresponde a cerca de 23,9% do total, abrangendo aproximadamente 45,6 milhões de indivíduos (IBGE, 2010). No entanto, embora existam regulamentações que buscam assegurar sua inclusão e acessibilidade, é crucial analisar a forma como essas diretrizes são efetivamente implementadas, em especial no âmbito dos serviços públicos de saúde.

A efetividade das políticas públicas para a inclusão de pessoas com deficiência física transcende a esfera da saúde, pois "a administração pública tem papel crucial na concepção e execução de estratégias que assegurem a igualdade de oportunidades e a não discriminação" (Fernandes et al., 2019, p. 72). Nesse sentido, a análise do fluxo assistencial direcionado a essa população no contexto de um município é fundamental para compreender os desafios que permeiam a implementação de tais políticas.

No contexto da administração pública, essa realidade territorial traz desafios adicionais na implementação de políticas inclusivas, demandando uma abordagem holística que integre planejamento estratégico, gestão participativa e interdisciplinaridade (Gomes; Medeiros, 2018; Boff, 2002).

Assim, a análise do fluxo assistencial para portadores de deficiência física, ancorada em conceitos da administração pública, propicia uma compreensão profunda das interações entre planejamento, território e políticas públicas. Através dessa investigação, é possível identificar os gargalos que dificultam o acesso efetivo aos serviços de saúde e delinear ações estratégicas que promovam a inclusão e a equidade, contribuindo para a eficiência e eficácia das políticas públicas nesse contexto específico.

DESENVOLVIMENTO

As políticas públicas de inclusão e acessibilidade representam pilares fundamentais para a administração pública na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. No contexto da administração pública voltada para a saúde, a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência orienta o cuidado integral, assegurando o acesso adequado e a promoção da

equidade para essa parcela da população (Brasil, 2010). Nesse sentido, a gestão participativa e a interdisciplinaridade ganham relevância, permitindo a colaboração entre diferentes áreas para o desenvolvimento de políticas mais efetivas e sensíveis às necessidades específicas dos portadores de deficiência física (Silva et al., 2018; Boff, 2002).

O planejamento estratégico situacional, proposto por Matus (1993), emerge como um instrumento inovador para a administração pública voltada à inclusão dos portadores de deficiência física. Ao considerar a realidade local e os atores envolvidos, essa abordagem possibilita a identificação de obstáculos e oportunidades na organização dos serviços de saúde. Através de uma análise criteriosa, é possível planejar ações concretas que respondam às demandas específicas da população, alinhando a administração pública com os princípios de equidade e efetividade.

A análise dos territórios se mostra crucial para compreender como a geografia influencia o acesso aos serviços de saúde por parte dos portadores de deficiência física. A organização territorial pode criar barreiras ou facilitadores no acesso, especialmente em regiões remotas. A abordagem proposta por Leite e Bógus (2015) destaca a importância da gestão territorializada para promover a inclusão social dessa população, apontando para a necessidade de uma visão geográfica na administração pública.

A incorporação de tecnologias assistivas inovadoras representa um avanço na administração pública voltada à inclusão de portadores de deficiência física. Soluções tecnológicas customizadas, como aplicativos e plataformas interativas, têm o potencial de fornecer informações específicas sobre serviços de saúde, auxiliando os usuários na busca por atendimento adequado às suas necessidades individuais. Essa abordagem inovadora redefine a forma como os serviços públicos são prestados, tornando-os mais acessíveis e adaptados às demandas singulares.

A administração pública deve explorar estratégias inovadoras de comunicação inclusiva para promover uma cultura de empatia entre profissionais de saúde e portadores de deficiência física. O uso de linguagem simplificada, pictogramas e outras formas de comunicação visual representa um avanço na promoção do entendimento mútuo e na construção de uma relação mais humanizada entre prestadores de serviço e usuários (Diniz; Medeiros; Schraiber, 2018). A capacitação por meio de vivências experienciais e simulações imersivas também se configura como uma abordagem inovadora para sensibilizar os profissionais de saúde e fomentar uma abordagem centrada no paciente.

A educação inclusiva emerge como um pilar estratégico para a administração pública promover a inclusão de portadores de deficiência física. A capacitação contínua dos profissionais de saúde para atendimento desses pacientes é uma abordagem inovadora que impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados. Através da sensibilização e aquisição de conhecimentos específicos, os prestadores de serviço estarão mais preparados para atender às necessidades singulares dos usuários (Brasil, 2014).

A administração pública deve adotar abordagens inovadoras que promovam o empoderamento dos portadores de deficiência física, colocando-os como protagonistas do seu próprio cuidado. O empowerment, nesse contexto, envolve fornecer informações, ferramentas e recursos que permitam aos indivíduos tomar decisões informadas sobre sua saúde e buscar ativamente os serviços que necessitam. Essa abordagem redefine a relação entre administração pública e cidadãos, estimulando uma participação mais ativa e consciente (Rosa et al., 2017).

A abordagem de equidade em saúde, centrada na justiça e na igualdade de acesso, é um princípio inovador que deve nortear a administração pública na implementação de políticas para portadores de deficiência física. A busca pela equidade também implica em considerar as particularidades do desenvolvimento local, adaptando as estratégias de acordo com as características e necessidades específicas de cada comunidade. Essa abordagem garante que as políticas públicas sejam sensíveis ao contexto e atendam às demandas reais dos portadores de deficiência física (Brasil, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, percebe-se a relevância da gestão pública em reforçar políticas inclusivas que garantam igualdade e acesso aos serviços de saúde para pessoas com deficiência física. A avaliação do fluxo de assistência evidenciou desafios consideráveis que requerem medidas conjuntas e estruturadas para fomentar a inclusão de maneira eficaz. Esses questionamentos evidenciam a importância de estratégias que mesclam planejamento estratégico situacional e administração territorial.

Ademais, o uso de tecnologias de assistência e estratégias de comunicação inclusiva se apresenta como uma via promissora para tornar os serviços de saúde mais acessíveis e humanizados. Essas soluções não só aumentam a capacidade de resposta do sistema de saúde às necessidades da população, como também potencializam o empoderamento dos indivíduos portadores de deficiência.

Outrossim, a importância da formação contínua dos profissionais de saúde para o êxito das políticas de inclusão. Apostar na conscientização e no aprimoramento de habilidades específicas contribui diretamente para a excelência do serviço oferecido, consolidando a conexão entre usuários e fornecedores de serviços. Portanto, a educação inclusiva tem um papel crucial na superação dos obstáculos de acesso.

Outro aspecto fundamental é a exigência de uma estratégia de equidade na saúde, que leve em conta as particularidades territoriais e sociais da população. Apenas através de uma perspectiva contextualizada e interdisciplinar poderemos formular políticas públicas verdadeiramente efetivas e ajustadas às necessidades locais, particularmente em áreas mais isoladas.

Por fim, este estudo reforça o compromisso da gestão pública na criação de uma sociedade mais equitativa e justa. Ao identificar as dificuldades e sugerir soluções práticas e inovadoras, busca-se auxiliar na eficácia das políticas públicas voltadas para os indivíduos com deficiência física, reforçando o conceito de justiça social e a valorização da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BAZELEY, P. **Mixed methods data analysis using NVivo: blending qualitative and quantitative techniques**. Los Angeles: SAGE Publications, 2018.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: **Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; SCHRAIBER, L. B. **Acesso e acolhimento em unidades de saúde de atenção primária: perspectiva de profissionais e usuários**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 8, p. 2581-2592, 2018.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

GOMES, L. B.; MEDEIROS, C. R. **Planejamento Estratégico Situacional: metodologia e prática na administração pública**. São Paulo: Atlas, 2018.

RIBEIRO, A. G. S. et al. **Acessibilidade e pessoas com deficiência: estudo em uma unidade de saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, n. 4, p. 1293-1300, 2017.

ROSA, W. et al. **Empowerment: a compreensão de enfermeiros de um hospital universitário**. Revista de Enfermagem UFPE On Line, v. 11, n. 7, p. 2793-2801, 2017.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.